

# Expansão da Assistência Social e os desafios ao Serviço Social

Fabiana Luiza Negri<sup>1</sup>  
Maria Luiza de Souza Lajus<sup>2</sup>  
Vanessa Neckel<sup>3</sup>

***Resumo:** O presente artigo aborda o debate em torno da política de assistência social e seu processo de expansão e a relação com a seguridade social, elaborando reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. Apresenta parte dos resultados e análises da pesquisa sobre a política de assistência social e o exercício profissional do assistente social. Para sua operacionalização utilizou-se a pesquisa qualitativa a partir de pesquisas bibliográficas e documental, utilizando entrevistas e grupos focais. O estudo demonstrou que os assistentes sociais identificam a política de assistência social em processo de construção; muitos avanços foram percebidos especialmente na gestão da política, contudo estão colocados diversos desafios aos profissionais.*

***Palavras-chave:** Assistência Social; exercício profissional; Seguridade Social*

## A Expansão da Política de Assistência Social

A assistência social notadamente caracterizou-se ao longo de seu processo sócio-histórico como uma política não pública de cunho assistencialista e clientelista. Contudo nos últimos anos tem se consolidado com uma política pública de dever do Estado e direito do cidadão, especialmente a partir da Constituição de 1988 quando passou junto com a Saúde e Previdência Social compor a seguridade social.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UFSC.  
e-mail: [fabianaluizanegri@yahoo.com.br](mailto:fabianaluizanegri@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Regional de Chapecó – Unochapecó. e-mail: [mlajus@unochapeco.edu.br](mailto:mlajus@unochapeco.edu.br)

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social/Unochapecó. E-mail: [vcn@unochapeco.edu.br](mailto:vcn@unochapeco.edu.br)

A política de assistência social tem demonstrado um significativo movimento de expansão, iniciado com a Constituição Federal de 1988, seguindo na aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social Lei Federal nº 8.742, culminando com a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS a partir de sua aprovação em 2005.

O SUAS estabelece uma nova disposição para a política de assistência social, fortalecendo sua gestão e implementando novos conceitos para o atendimento das necessidades dos usuários, destacados na definição de uma proposta interventiva que valoriza o atendimento integral à família referenciada em um determinado território, utilizando para isso uma rede socioassistencial.

Assim sendo a assistência social a partir da Política Nacional de Assistência Social de 2004 procurou estabelecer um sistema de proteção que garanta o acesso às seguranças e garantias sociais com a complementação das outras políticas sociais, a exemplo da saúde e previdência social. É necessário afirmar que a política de assistência social isoladamente não poderá oferecer proteção social ao conjunto dos usuários das políticas sociais.<sup>4</sup>

Compreende-se que a expansão da assistência social tem ocorrido pelo movimento da sociedade civil, das organizações dos trabalhadores da política de assistência social e dos seus usuários, especialmente nos espaços de participação popular, ou seja, no âmbito das conferências municipais, estaduais e nacional.

Contudo não significa que a classe dominante em seu

---

<sup>4</sup> De acordo com Mota (2010, p.137):

[...] a expansão da assistência recoloca duas questões: o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e assistência social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar que mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação.

intento eterno de subalternização da classe trabalhadora, não esteja atrelada aos interesses do Estado, portanto é assertiva a afirmação de Mota (2010) sobre o posicionamento da burguesia que busca subordinar o Estado aos seus interesses.

Nesse sentido está posto um campo de disputa não entre as políticas sociais, mas entre os interesses de classe. É fundamental o fortalecimento das políticas sociais para que a seguridade social brasileira garanta a proteção social adequada e necessária à classe trabalhadora.

Na atualidade conforme Mauriel (2010) constata-se uma tendência de enfraquecimento dos princípios e concepções da seguridade social instituídos na Constituição Federal de 1988, que pautava-se no estabelecimento de políticas sociais que assegurem direitos com a garantia de acesso universal. A focalização, as condicionalidades, os critérios de inserção criados no âmbito das políticas sociais e o aprofundamento da redução da discussão sobre a seguridade caracterizam uma priorização de políticas de combate à pobreza e não a garantia de direitos e ampliação da cidadania.

A concepção da Constituição Federal de 1988 não se efetivou, pois a partir da década de 1990, com o projeto de contrarreforma do Estado passou-se a reduzir os gastos sociais, diminuindo a cobertura das políticas sociais, e assim, adotou-se a focalização e seletividade nos mais pobres, fortalecendo o terceiro setor, descaracterizando de vez, a proposta de criação de um sistema de proteção social de responsabilidade do Estado.

A partir da lógica do neoliberalismo ocorreu uma potencialização do terceiro setor, o que fragilizou substancialmente as políticas públicas, fragmentando-as ainda mais e precarizando o acesso da população, tendência cada vez mais presente, especialmente nas políticas de saúde e previdência social.

A proteção social no SUAS, preconiza a responsabilidade do Estado e contempla a relação com a sociedade civil, definindo como objetivo garantir algumas

seguranças, conforme PNAS (2004, p. 31): “segurança de acolhida, de renda, de convivência familiar e comunitária, de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, e de sobrevivência a riscos circunstanciais”. Dessa forma a política de assistência social precisa definir a partir de situações objetivas a sua ação.

É preciso superar a intervenção fragmentada por segmentos da população, a qual historicamente se constituiu, mudando o foco de intervenção, partindo para a garantia da proteção social, operacionalizada a partir das seguranças instituídas na NOB/SUAS (2005).

O atual sistema único propõe uma gestão de responsabilidade do Estado, mas por outro lado reforça a relação com a sociedade civil no que diz respeito à responsabilidade de gestão, emergindo assim o trabalho de entidades e instituições públicas não estatais. É preciso defender que o direito à política de assistência social é de todo cidadão; sua gestão e implementação é dever do Estado e seu caráter não pode ser meramente de compensação do mercado, contrapondo-se radicalmente a postura de que qualquer um possa implementá-la e gestioná-la sem um assumido compromisso com a classe trabalhadora.

A partir do referenciado na Política Nacional de Assistência Social, estabelece-se a organização da gestão da política de assistência social, com o objetivo de se tornar uma política pública que crie condições de ampliação da cidadania, a partir dos pressupostos da intersetorialidade, da territorialidade, do desenvolvimento das potencialidades das famílias usuárias, atendendo a população vulnerabilizada no sentido da prevenção.

Destaca-se que o SUAS significa um avanço na gestão da política de assistência social, organizado a partir das demandas das expressões da questão social, na profissionalização, na padronização, nas concepções e conceitos da política de assistência social e no respeito ao protagonismo do usuário.

É fundamental superar os “ranços” históricos da assistência social, entre eles o assistencialismo, o primeiro-damismo, o clientelismo, enfrentando e interrompendo as orientações dos organismos internacionais e agências multilaterais, para assim consolidar-se a política de assistência social enquanto política pública, de acesso universal, que garanta os direitos sociais.

Conforme o documento da PNAS, estão mantidos os princípios e diretrizes da LOAS, através da prioridade de atendimento às necessidades humanas e sociais, contudo ainda precisa-se avançar na consolidação do acesso universal aos direitos sociais e a garantia de acesso aos serviços e benefícios de qualidade a todos que necessitarem. São mantidas, também, as diretrizes de descentralização político-administrativa, a participação popular, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.

Mais significativas ainda surgem as redefinições nos conceitos teóricos da assistência social, a partir da inclusão da “matricialidade sociofamiliar”, da “territorialidade” na operacionalização da política de assistência social e uma renovada concepção do significado dos “serviços socioassistenciais”, categorias agora fundamentais para pensar o trabalho na política de assistência social.

## **O Exercício Profissional do Assistente Social no SUAS**

O projeto político e ideológico neoliberal, em conjunto com a reestruturação produtiva, estabeleceu-se em todas as áreas do mundo do trabalho, fragilizando todos os trabalhadores. Nessa mesma situação encontra-se o assistente social que sente as consequências da reestruturação produtiva no seu exercício profissional, diretamente em sua relação de assalariado do capital.

Além de sofrer os impactos diretamente, é o profissional que intervém junto à classe trabalhadora, que fragilizada busca a inclusão em programas, projetos e serviços prestados por

intermédio do Estado, *lócus* privilegiado do exercício profissional.

Os assistentes sociais, trabalhadores das políticas sociais, seja na sua gestão ou execução, têm suas concepções e práticas transformadas viabilizando uma tendência de restringirem suas ações, com sérios riscos de caírem no pragmatismo do cotidiano.

A reestruturação produtiva atinge a todos e suas consequências não ficam restritas a precarização do mundo do trabalho: amplia-se para as políticas sociais, promovendo uma redução de espaços de trabalho para os assistentes sociais, enxugando quadros, redefinindo funções, assim como também precarizando o atendimento à população usuária, uma vez que a fragilização das políticas sociais não garante acesso universal a elas.

A fragilização das políticas sociais são decorrentes dos impactos produzidos pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, caracterizado na redução da intervenção social do Estado, assim estabelecendo-se como estratégia a focalização, a seletividade, fragmentação de programas, projetos e serviços prestados à população.

O Serviço Social configura-se como uma profissão de intervenção na realidade social, tendo como objeto de intervenção as expressões da questão social, especialmente, a partir das políticas sociais instituídas pelo Estado. É na gestão e execução das políticas sociais que se localiza o trabalho do assistente social, que também a serviço do modo de produção capitalista, participa da reprodução do trabalhador. Assim as mediações operacionalizadas pelos profissionais na vida dos trabalhadores estão carregadas de desafios, pois os assistentes sociais têm como função construir propostas de trabalho com vistas à garantia dos direitos e ampliação da cidadania.

É no exercício profissional que o assistente social construirá estratégias de acesso à população usuária aos direitos sociais, contribuindo com os trabalhadores na percepção de sua

condição de classe subalterna<sup>5</sup>, tornando-os protagonistas da luta por seus direitos.

O exercício profissional do assistente social potencialmente contribui na organização da luta por direitos e por democracia, a partir do posicionamento ético-político dos profissionais diante dos projetos societários presentes na sociedade e do projeto ético-político-profissional.

O acesso aos direitos sociais e a ampliação da cidadania implica em buscar compreender o usuário em sua totalidade, imbricado em totalidades mais complexas, não apenas como pobre, necessitado, mas sim como sujeito de direitos.

Portanto, a intervenção profissional pauta-se na leitura crítica da realidade, com vistas à consolidação de um sistema de proteção social e a garantia dos direitos sociais, os quais deverão estar inscritos no âmbito do Estado. Um dos maiores desafios da categoria é desenvolver sua capacidade de leitura crítica da realidade social, construindo propostas de trabalho para a preservação e garantia dos direitos sociais, pautando-se no projeto ético-político da profissão.

É numa condição tencionada pelo trabalho assalariado que os assistentes sociais encontram seu espaço sócioocupacional, seu exercício profissional submete-se ao poder dos empregadores, portanto ao atendimento das demandas institucionais, que em grande medida não se configuram nas demandas sociais dos usuários do Serviço Social. Está posto aí o desafio aos profissionais na superação das condições de trabalho, tencionadas e carregadas de conflitos de interesses, o que por certo exigirá dos assistentes sociais posicionamento ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, superando o pragmatismo da realidade aparente.

O exercício profissional do assistente social, de acordo com as orientações emanadas do conjunto CFESS/CRESS e das indicações para a formação profissional por parte da ABEPSS,

---

<sup>5</sup> Sobre classe subalterna, ver Maria Carmelita Yazbek (2009), "Classes Subalternas e Assistência Social"

pauta-se por uma perspectiva de consolidação da cidadania e a garantia de acesso aos direitos sociais.

Um exercício profissional crítico voltado à um projeto democrático fortalece os sujeitos sociais, requisitando do assistente social, estratégias político-pedagógicas que consolidem o sua intervenção na perspectiva da garantia de direitos da classe trabalhadora.

### **Concepções dos assistentes sociais sobre o exercício profissional no âmbito da política de assistência social**

A qualidade dos serviços prestados está diretamente ligada às relações de trabalho, tanto nas dimensões dos vínculos trabalhistas, como nas condições e nos fatores materiais necessários ao desenvolvimento e execução das atividades e ações no âmbito do SUAS.

Há que se reconhecer a necessidade de estabelecer-se uma política de recursos humanos que valorize os trabalhadores da política de assistência social, respeitando os diferentes saberes e percepções da realidade social. Especialmente reconhecer a complexidade das ações e intervenções propostas pela atual política de assistência social e o SUAS.

Nesta perspectiva realizou-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, buscando respostas junto aos assistentes sociais que atuam na política de assistência social nos municípios da região oeste de Santa Catarina que integram a AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. Trata-se de uma associação composta por 20 municípios do oeste catarinense que tem como objetivo articulá-los e defender os seus interesses nos diferentes âmbitos: político, econômico, social e cultural.

Conforme levantamento prévio realizado, em relação ao número de assistentes sociais atuando no SUAS nos 20 municípios temos: **54 assistentes sociais atuando no SUAS**. Foram convidados para participar da pesquisa **49 assistentes**

**sociais**, dos quais participaram **32 assistentes sociais**, atingindo desta forma **65% dos assistentes sociais** convidados, envolvendo 11 municípios, atingindo 55% deles.

Para a coleta dos dados realizou-se grupos focais e entrevistas semiestruturadas. Na análise dos dados e informações obtidas nessa pesquisa, no intuito de construir um sentido ao conjunto de dados e informações, definiu-se algumas categorias analíticas, que a partir das narrativas dos grupos e dos entrevistados individualmente, analisou-se as informações buscando construir respostas às questões norteadoras.

Observou-se durante o processo de coleta de dados uma grande dificuldade dos assistentes sociais refletirem e analisarem sobre o exercício profissional. Notadamente sentem maior facilidade de analisar a política de assistência social, portanto as reflexões aqui expressas resultam dessa situação.

## 1. Avanços no Exercício Profissional

A pesquisa refere-se aos avanços no exercício profissional, após a implantação do SUAS no país. Os assistentes sociais pesquisados apontaram alguns avanços percebidos no processo de construção do SUAS e que esses avanços são gradativos, conforme vão se implementado os serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Um dos primeiros avanços sentidos pelos profissionais em relação à política de assistência social foi a criação do Comando Único; **73% dos municípios** pesquisados têm Secretaria ou Fundação de Assistência Social e **27% dos municípios** ainda não têm Secretaria própria. A assistência social permanece ligada a outra Secretaria, que em grande medida trata-se da Secretaria de Saúde.

Nesse sentido a entrevistada 20 comentou:

Percebe-se que avançou, que melhorou, nos tornarmos Secretaria. Acredita-se que isso trouxe uma nova imagem também para o município, enquanto política de

assistência social. Antes quase não tinha visibilidade, parecia que tudo o que fazia-se era da saúde. Então conseguiu-se transformar em Secretaria, e isso deu um novo olhar à população do que é a assistência social, nos transformamos em Secretaria por causa do SUAS

De fato o modelo de gestão proposto pela PNAS 2004 e a implantação do SUAS instituíram as reais condições de criação das Secretarias próprias da política de assistência social, criando assim o Comando Único da Assistência Social já previsto na LOAS. Trata-se por isso de um significativo avanço para a assistência social, pois lhe permite uma maior visibilidade, tanto para o usuário como para os gestores (Secretários e Prefeitos).

No processo de construção da política de assistência social, na implementação do SUAS os profissionais envolvidos com a política desenvolveram ações de discussão sobre a política nos espaços de controle social, especialmente Conselhos de Assistência Social. Também instituíram interlocução no espaço do governo, envolvendo poderes executivo e legislativo, dando um corpo ao debate da assistência social. Estabeleceram um processo de divulgação de suas ações e atividades, construindo um novo referencial para a política de assistência social que vem assumindo gradativamente um reconhecimento de política pública, tanto pela população como pelos administradores públicos.

Dessa forma faz-se necessário a apreensão por parte dos trabalhadores do SUAS, inclui-se aqui todos os profissionais envolvidos com a política de assistência social, dos conceitos e concepções instituídos no escopo da NOB/SUAS, da própria Política Nacional de Assistência Social de 2004, para que possam estabelecer um amplo debate com a sociedade e com os responsáveis pela administração pública dos municípios e Estados.

O assistente social não deve ser o único profissional responsável pela implementação do SUAS; quanto mais ampliado e multiprofissional for o debate mais democrático tende

a ser, sendo esse um elemento importante no atual momento de implementação da política de assistência social.

Nesse sentido os assistentes sociais apontam a importância das equipes de referência, as quais são espaços de fomento à política de assistência social, consolidando o preconizado na PNAS 2004 e na NOB/SUAS. Assim respondeu a entrevistada 14:

Acho muito positivo, um avanço mesmo as equipes de referência, aperfeiçoarem-se e trabalharem na proteção social básica ou especial, de média e alta complexidade.

As equipes de referência são um forte mecanismo para a construção da própria política e de uma política de recursos humanos. As equipes de referência na assistência social são um marco, pois a tecnologia principal dessa política são os recursos humanos, sem os quais não se efetivam os serviços, programas e projetos socioassistenciais. Confirma-se com a pesquisa que é fundamental a troca entre os diferentes profissionais que integram a política de assistência social, compartilhando dos desafios, propiciando um planejamento mais qualificado da intervenção, sobretudo do ponto de vista das diferentes contribuições que cada profissional estará dando no atendimento das demandas da população usuária.

A consolidação da política de assistência social resulta num movimento interno da profissão, em que os assistentes sociais sentem-se seguros, pois a política com seus princípios, eixos e definições de competências e atribuições específicas da assistência social oferece o suporte legal, técnico-operativo aos profissionais. Constata-se no relato da entrevistada 13:

Agora tem muito mais profissionalismo, segurança; porque hoje existe uma rede para dar suporte, a estrutura física, recursos humanos, estrutura financeira, abertura para novos projetos, hoje podemos falar que a política de assistência social é uma política pública e exigindo que a proposta do SUAS seja implementada na sua

integralidade.

A sustentação técnico-operativa e legal do SUAS são elementos importantes ao exercício profissional. Tanto nos grupos focais como nas entrevistas individuais, os assistentes sociais reiteradamente afirmam que o SUAS “deu um norte à política de assistência social e ao fazer profissional”, contudo é de suma importância que os profissionais não percam do horizonte questões afetas ao exercício profissional.

O exercício profissional não pode estar desvinculado das dimensões investigativa/interventiva que processam as informações, procurando desvelar a aparência das expressões da questão social. Nem separada da mediação que além da garantia de acesso aos bens e serviços deve consolidar um fazer profissional crítico.

Nesse mesmo sentido outra dimensão importante é a leitura crítica de realidade social, viabilizadora de um exercício profissional comprometido com a classe trabalhadora, no intuito de interpretar a totalidade da realidade social onde estão inseridos.

A intervenção do assistente social não pode estar restrita ao preconizado na PNAS 2004 e na NOB/SUAS. Para além desses mecanismos normativos e operacionais deve pautar-se no processo crítico de apreensão da realidade, nos fundamentos da profissão inscritos no escopo da Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética, nas dimensões aqui já referidas.

Conforme ressalta Nogueira C. (2010, p. 05) “Com essa perspectiva a realidade passa a demandar um profissional altamente qualificado que intensifica e amplia a sua competência crítica, exigindo-se não somente um executor de tarefas, mas um assistente social que pensa, analisa e pesquisa desvendando a realidade social na qual está inserida.” Portanto a realidade social, e o próprio processo sócio-histórico de desenvolvimento do Serviço Social exigem um profissional crítico, capaz de proceder a leitura crítica da realidade social, com o exercício profissional pautado nos fundamentos da profissão e no projeto

ético-político-profissional.

Outro avanço identificado na pesquisa, referenciado pelos assistentes sociais pesquisados, foi a intersetorialidade, que no momento atual identificam mais como uma real possibilidade do que de fato consolidado. Conforme a resposta da entrevistada 06:

A especificidade da problemática quando chega ao CREAS também é um avanço, assim como a possibilidade do nosso trabalho articulado CREAS, CRAS e as demais políticas.

Não só na relação entre serviços e programas, mas existe a possibilidade de se construir a intersetorialidade também dentro das equipes, conforme a entrevistada 30:

O assistente social vinha sendo o único profissional da assistência social, hoje nós temos mais trabalhadores nas equipes, a gente tem como discutir a política com outras pessoas, com profissionais de outras formações.

Embora as pesquisadas identifiquem como avanço a interdisciplinaridade, percebe-se que ainda é algo a ser construído nos diferentes espaços de atuação, e, sobretudo, somente será possível se houver um envolvimento dos profissionais, pautados na compreensão dos conceitos e propostas do SUAS. Ficou evidente a disponibilidade dos assistentes sociais, que ávidos pelo debate da política, lutam para abrir espaços para outras profissões no âmbito da assistência social.

O trabalho com os grupos é outro avanço identificado, que segundo os pesquisados por muito tempo esteve afastado do campo de intervenção dos assistentes sociais.

Para compreender esse avanço segue o relato da entrevistada 21:

Outra questão também é a atuação com o grupo por mais pouco tempo que tem-se, mas conseguimos trabalhar com os grupos de idosos, de mulheres, isso é importante e é

bom, pois vejo que dá resultado.

A entrevistada 13 pontua o avanço do trabalho com os grupos, especialmente nos CRAS:

Houve um avanço com o SUAS porque o CRAS faz o trabalho com os grupos; no início eram só idosos e portadores de deficiência, agora tem os grupos de mulheres, que também tem acompanhamento da equipe técnica e também o grupo de famílias que nós estamos iniciando com famílias do Bolsa Família e do Programa Nutrir.

O trabalho com os grupos, identificado como um avanço pelos assistentes sociais pesquisados, ao longo da história da própria política de assistência social foi ficando muito reduzido. Priorizaram-se, por um longo período, os atendimentos emergenciais, pontuais, desenvolvidos a partir dos plantões sociais. Na perspectiva do SUAS os trabalhos, especialmente dos CRAS, estão voltados ao atendimento das demandas coletivas de grupos e da comunidade, retirando a lógica do atendimento individualizado e pontual. Dessa forma exigindo do assistente social uma reflexão acerca de seu exercício profissional, resgatando a dimensão teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, pois sua intervenção é potencializada na defesa dos interesses coletivos.

Nessa mesma lógica destaca-se o trabalho com a comunidade como um dos grandes avanços do atual momento da política de assistência social.

A entrevistada 17 relatou sua percepção do trabalho com a comunidade:

A ida para a comunidade, a ida para outros setores, com isso a política vem sendo mais valorizada; as pessoas vêm conhecendo mais e a política de assistência vem sendo reconhecida; e aí nosso trabalho com isso também vem automaticamente sendo reconhecido e apresentando

avanços seja nos benefícios, no nosso trabalho e no reconhecimento dos recursos.

O trabalho com a comunidade aqui apresentado como um avanço, ainda carece de mais experiências. Segundo os assistentes sociais entrevistados o trabalho com a comunidade os aproximou da realidade social das famílias. Para os profissionais trata-se de retomar uma relação mais orgânica com a comunidade, na garantia de acesso aos direitos sociais, atendendo demandas coletivas. Há que se reconhecer o grande desafio colocado ao exercício profissional, pois não basta conhecer a comunidade há a necessidade de se estabelecer um canal de comunicação entre os trabalhadores do SUAS, não só os assistentes sociais, e a comunidade para que de fato identifique-se as suas reais demandas.

Assim sendo a pesquisa também identificou como um avanço o trabalho desenvolvido, ou melhor, iniciado com as famílias. A entrevistada 28, assim explanou:

Houve avanços principalmente com a implantação de novos programas socioassistenciais como o PAIF, por exemplo, que é uma possibilidade de um fazer profissional de forma mais emancipatória com as famílias.

O trabalho com centralidade na matricialidade sociofamiliar, indicada pela PNAS 2004 e pela NOB/SUAS, estão presentes no cotidiano profissional dos assistentes sociais, que percebem esse fazer profissional como um avanço, por não segmentar o atendimento das demandas. Reforça-se a importância desse trabalho com a centralidade na família; contudo se os assistentes sociais e os outros profissionais que integram a política de assistência social não fizerem a leitura crítica do modo de produção, das relações sociais estabelecidas e da condição em que se encontram tais famílias diante da atual sociabilidade corre-se o risco de partir-se para intervenções de

cunho psicológicos e terapêuticos no sentido de atender demandas subjetivas das famílias usuárias da política de assistência social.

Destaca-se que a PNAS 2004 e a NOB/SUAS ainda apresentam insuficientes debates sobre o modo de produção capitalista e o mundo do trabalho, bem como suas implicações para os usuários da assistência social. Ressalta-se que é de extrema importância incluir essa discussão como um tema a ser pensado e discutido a partir da política de assistência social, pois ela não pode estar desvinculada do modo de produção na qual encontra-se inserida.

Torna-se evidente a situação dos trabalhadores que sofrem com a exploração do modo de produção capitalista, empurrando-os para as políticas sociais na busca da garantia de seus direitos, destacando-se a assistência social. A classe trabalhadora sofre com a super exploração de sua força de trabalho, restando-lhes o desemprego, o subemprego, a informalidade. Conforme Yazbek (2009, p. 112) “Temos hoje na sociedade brasileira um contingente crescente de subemprego, desempregados, explorados, homens divididos entre o reconhecimento do peso e da exploração de sua força como trabalhador e a busca da sobrevivência a da ascensão pelo trabalho.” Portanto está posto o desafio à política de assistência social de incorporar a questão do trabalho aos seus debates e eixos de atuação, uma vez que ampliou-se e aprofundou-se a desigualdade social e a pauperização da classe trabalhadora, inserida no mercado formal ou informal, e pela exploração que sofre tem demandado atendimento da política de assistência social.

Portanto há uma forte tendência de ampliação das demandas e dos usuários da política de assistência social, sendo fundamental à assistência social inserir o trabalho e suas transformações em seus debates e eixos estratégicos de atuação.

A territorialidade foi outro avanço identificado pela pesquisa, percebido pelos assistentes sociais pesquisados, enquanto espaço a ser construído e valorizado. A definição do

território possibilita a aproximação da política de assistência social aos seus usuários, e para o exercício profissional dos assistentes sociais contribui com uma leitura da realidade social, vivenciada pela classe trabalhadora usuária da assistência social, bem como possibilita a articulação da rede socioassistencial que permite qualificar o atendimento.

Nesse sentido a entrevistada 05 refere-se como um avanço a territorialidade:

Conseguimos articular um trabalho enquanto território, com a participação dos Postos de Saúde, através do Bolsa Família, foi um grande avanço, porque depois os problemas que surgiam o pessoal do Posto de Saúde ligavam, nos procuravam, essa aproximação foi muito boa.

A territorialidade permite que os serviços socioassistenciais estejam localizados onde vivem seus usuários, facilitando o acesso, aproximando as equipes de trabalho aos usuários e as diferentes equipes das políticas sociais também têm a oportunidade de se aproximarem, ocorrendo uma potencialização dos serviços prestados à comunidade. As demandas dos territórios são levantadas e atendidas pelas equipes presentes nesse mesmo espaço, portanto com condições de avaliar e planejar intervenções a partir dos elementos sócio-culturais, econômicos e políticos da área referenciada no território.

Por fim dentro dos avanços da política de assistência social, a pesquisa identificou junto aos assistentes sociais pesquisados o financiamento da assistência social.

Neste sentido o relato da entrevistada 20 faz uma breve reflexão do avanço significativo do financiamento da política de assistência social:

Percebo também como avanço a questão de repasse de

recursos financeiros, porque até então nós tínhamos aquela ação continuada, que era descontinuada na verdade, e já com o SUAS vê-se o repasse que é feito pelo menos do Governo Federal, e a ainda não conseguimos ver isso no Governo Estadual, neste sentido nós ainda estamos na linha convencional, mas sinalizando para o ano que vem alguma mudança.

Com certeza um dos grandes avanços da nova gestão da política de assistência social implantado com a PNAS 2004 e a NOB/SUAS é o financiamento. Transformou-se totalmente o sistema de repasse de recursos, garantindo a transferência de fundo a fundo, atribuindo aos municípios uma relativa autonomia no gerenciamento desses recursos, pois ainda apresentam algumas restrições de gastos. Os recursos repassados aos municípios e Estados agora passam a ser transferidos conforme o nível de gestão e o piso a que cada esfera federativa tem direito, representando um sistema de cofinanciamento muito mais eficiente, porém que ainda carece de aperfeiçoamento, pois não atende às demandas dos municípios e Estados.

A superação da série histórica na transferência de recursos aos municípios e Estados é um marco para a política de assistência social. Representa o respeito às deliberações de anos postuladas nas Conferências de Assistência Social e poderá permitir uma liberdade de decisão de investimentos aos executores diretos da política de assistência social, especialmente quando os recursos não mais estiverem restringidos somente para custeio. É importante ter claro que são os municípios e os Estados que detêm as informações necessárias para identificar as reais demandas dos usuários, assim respeitando as diferenças regionais e locais.

## 2. Desafios e Limites no Exercício Profissional

Um fato a ser registrado é que se percebe que os avanços

citados pelos profissionais em grande medida, também são considerados como desafios e limites.

Os assistentes sociais pesquisados indicam como desafio a constituição das equipes de referência, exceto em dois municípios pesquisados onde já se pode contar com equipes para os serviços socioassistenciais; os outros nove municípios ainda não contam com equipes, apenas trabalham na política de assistência social: o assistente social, um auxiliar administrativo e em alguns uma psicóloga em tempo parcial. Nesse sentido esclarece a entrevistada 26:

Vejo que as coisas estão sendo construídas, esse trabalho em equipe, porque sempre fomos acostumados a fazer o trabalho sempre sozinhos, tem muitos municípios que é o assistente social e só, tem o CRAS, mas ele atende a Secretaria e o CRAS, então na verdade quero dizer que ainda não se instalou o Sistema no município, está se colocando a placa lá pra dizer que está se fazendo, para receber o recurso, mas aos poucos vai ter que se adequar.

A NOB/SUAS e a NOB/RH-SUAS são mecanismos novos para a política de assistência social; precisa-se ter clareza de que o atual momento caracteriza-se por um processo de construção da política pública de assistência social e principalmente que os ranços históricos da assistência social ainda estão muito presentes. Contudo o papel fundamental dos trabalhadores da assistência social, incluindo-se o assistente social, nesse momento é de promover os debates necessários sobre o novo modelo de gestão, as concepções e conceitos estabelecidos pela PNAS 2004 e a NOB/SUAS, ampliando as discussões para os diferentes espaços dentro do poder executivo e legislativo, bem como propiciando o debate com a sociedade civil nos espaços em que se viabiliza a participação popular.

É preciso compreender que o papel da sociedade civil está posto exatamente na reivindicação e controle social das políticas sociais, portanto a sociedade civil, juntamente com os

trabalhadores da assistência social, nesse momento poderão e deverão ser os grandes protagonistas no processo de construção e consolidação do SUAS.

A ausência de equipes de referência fragiliza muito a política de assistência social, pois os recursos humanos são a “matéria-prima” no planejamento, na elaboração, na execução e avaliação da política de assistência social. Essa falta de recursos humanos tem implicado em condições inadequadas de trabalho aos assistentes sociais, que via de regra são os profissionais que sozinhos tentam responder às demandas dos usuários e as institucionais. Sem uma equipe de referência não há como implementar o SUAS; o exercício profissional do assistente social irá se restringir ao atendimento das situações emergenciais, correndo-se o risco de uma prática pragmática, movida pelo ativismo do dia-a-dia, sem superar a fragmentação do atendimento.

Para explicitar como o trabalho do assistente social atualmente se encontra voltado ao atendimento de situações emergenciais, de cunho eventual, apresenta-se o relato da entrevistada 01:

Outro desafio é que há uma grande demanda que não se dá conta de atender individualmente e hoje os CRAS ainda estão muito no plantão social, se estressando, os profissionais não dão conta, se frustrando porque não dão conta do atendimento. E a população também insatisfeita porque ela também busca e não é contemplada as suas expectativas e então está havendo uma falha, isso é uma coisa que tem que ser melhorada, porque está insustentável e em resumo é como trabalhar de forma articulada que atinja essas famílias? Todas aquelas famílias que estão na abrangência daquele território de forma continuada e programada e não eventual.

Os assistentes sociais pesquisados deixam claro que seus atendimentos, e seu trabalho continuam focados no atendimento individual; todos eles ainda exercem atividades de atendimento

em plantão social, que é desenvolvido no espaço do CRAS, no espaço do Comando Único ou ligado ao Departamento dentro da Secretaria de Saúde.

Constata-se que ainda não se conseguiu sair do atendimento individualizado nas situações eventuais e emergenciais, até mesmo pela pouca compreensão dos gestores e administradores públicos da política de assistência social. É uma prática histórica no âmbito da profissão, carecendo de muita discussão e argumentação por parte até mesmo dos próprios profissionais.

O exercício profissional voltado à garantia dos direitos sociais e a ampliação da cidadania, tornar-se-á efetivo quando dentre outras coisas ocorrer a democratização do acesso às políticas sociais, dentre elas a assistência social.

Contudo, no atual momento de implementação do SUAS, conforme indicado pelos assistentes sociais no âmbito da pesquisa aqui apresentada, o exercício profissional do assistente social tem demonstrado uma prática pautada pelo ativismo, como refere a entrevistada 11:

Acho que hoje nós temos que avançar em muitos trabalhos, temos muitas ações pontuais, emergenciais e sem planejamento; vai fazendo-se no ativismo do dia-a-dia, aparece a demanda e vai-se resolvendo, vai-se fazendo.

O exercício profissional do assistente social exige reflexão sobre a realidade em que atua e também uma autorreflexão crítica, que possa construir nexos e relações com a realidade social, partindo de uma elaboração anterior ao seu fazer profissional.

Quando os profissionais deixam de refletir, não conseguem planejar propondo ações e atividades, correndo-se o risco de instituir um fazer profissional pautado no ativismo, no pragmatismo, cumprindo as demandas institucionais embasando-se nas normativas e resoluções. As quais nos últimos tempos tem

sido muitas e que com certeza absorvem uma boa parte do tempo do trabalho do assistente social.

Não se trata de responsabilizar ou culpabilizar o assistente social pelo pragmatismo, mas é importante perceber que sem uma leitura crítica da realidade social, e uma autorreflexão sobre o fazer profissional torna-se difícil uma intervenção crítica<sup>6</sup> voltada aos interesses da classe trabalhadora e do projeto ético-político-profissional do Serviço Social.

Um exercício profissional crítico também possibilitará em grande medida a constituição de sujeitos críticos, articulando ao exercício profissional o projeto ético-político-profissional, que estabelece como centralidade a liberdade, a democracia no sentido da ampliação e consolidação da cidadania.

Como apontado desde o movimento de reconceitualização da profissão, pretende-se instituir um exercício profissional comprometido com a classe trabalhadora, buscando a ampliação da cidadania e a garantia de acesso aos direitos sociais. Assim sendo é importante pautar a intervenção profissional nos referenciais da teoria crítica. Portanto no intuito de construir um exercício profissional dinâmico, crítico e propositivo é mister superar os ranços históricos da profissão. Nesse sentido apontou o depoimento da entrevistada 30:

Vejo que as ações muitas vezes, são muito do modelo assistencialista e temos que avançar para o modelo socioassistencial, o modo de fazer continua o mesmo, talvez ainda estamos oferecendo para as famílias cursinhos de tricô, cursinho de pintura, cursinho de crochê e achando que isso vai trazer autonomia para a família. Isso vem lá da LBA e vem com o tempo [...]

---

<sup>6</sup> A intervenção crítica aqui pensada, a partir da busca da realidade, conforme Montañó (2006, p. 07) “[...] o objetivo da crítica é a fiel reprodução teórica da realidade; a verdade, que existe na realidade material, deve ser corretamente refletida na teoria. [...] Crítica aqui significa busca da verdade, tendo a realidade como critério de veracidade e a teoria (crítica) como fiel reflexo daquela.”

então o modo de fazer em muitas situações é o mesmo, [...] estamos muito longe ainda de trabalhar a questão da família na sua totalidade, de buscar mesmo a autonomia do grupo [...] falta preparo dos profissionais de trabalhar nessa perspectiva.

O modelo assistencialista referido no depoimento da assistente social pesquisada revela o quanto ainda a política de assistência social está atrelada aos seus ranços históricos e a dificuldade dos profissionais em trabalhar numa perspectiva de totalidade, com vistas a uma intervenção para a consolidação da autonomia e ampliação da cidadania dos usuários dessa política pública.

É exatamente por se constituir como um processo inconcluso, que práticas filantrópicas e imediatistas, de cunho assistencialista ainda estão presentes nesse momento de implementação do SUAS, mas a postura ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa voltada à garantia dos direitos, estabelecida pelos profissionais propicia as condições de superação dessa antiga lógica. Porém, a assistência social ainda convive com situações que colocam a prova o fazer profissional crítico, a exemplo do primeiro-damismo. Nesse mesmo sentido a entrevistada 27 relata:

Como a primeira-dama ainda se envolve, no município pequeno ela se envolve com os idosos e as mães. Às vezes tem que estar conversando com elas e então é um dos limites, é uma dificuldade que encontramos.

Complementando o relato acima a entrevistada 32 assim se expressou:

A primeira-dama quer saber de tudo o que fazemos, é preciso justificar todas as coisas que estamos fazendo e esse é outro problema sério que nós enfrentamos no nosso município.

O SUAS a partir de sua proposta cria as condições de superação do assistencialismo, da concepção da assistência social enquanto “não política”, apenas como forma de ajuda e auxílio à população usuária. Contudo, ele por si só não conseguirá avançar; o desafio consiste na democratização e ampliação desse debate, pautando a política de assistência social enquanto política pública de dever do Estado e direito do cidadão. Esse debate precisa ser instituído, principalmente nos espaços de controle social instituídos já pela LOAS. Há que se registrar que a postura crítica do profissional e dos trabalhadores do SUAS, diante da realidade em que estão inseridos também poderá criar condições de enfrentamento ao assistencialismo e ao primeiro-damismo.

No atual momento da política de assistência social ainda é frágil a discussão sobre os conceitos e concepções instituídos pela PNAS 2004 e a NOB/SUAS, sendo essa uma necessidade para, estabelecer novos patamares de relações, inclusive trabalhistas e avançar no processo de implementação do próprio SUAS. Como constata-se na fala da entrevistada 12:

Os eixos instituídos pelo SUAS são um avanço, mas também um desafio, até porque acho que estamos aprendendo ainda. Nós tínhamos tudo isso, de certa forma ia-se fazendo, com aquele envolvimento com a comunidade. Mas acho que ainda não é da forma como prevê, como deve ser, pelo SUAS.

Os assistentes sociais, nos grupos focais e nas entrevistas, evidenciaram como um grande desafio ao exercício profissional a apreensão dos eixos instituídos pelo SUAS, que carregam consigo concepções ampliadas e inovadoras para o fazer profissional. Essas concepções devem ser compreendidas pelo conjunto dos trabalhadores que atuam na política de assistência social e não só pelo assistente social. Sem compreender os conceitos, os significados de garantia e acesso aos direitos sociais, de ampliação da cidadania, de intersectorialidade, de democracia, de vulnerabilidade e riscos, de

territorialidade, de descentralização, de rede socioassistencial, de matricialidade sociofamiliar entre outras, torna-se um limite implementar o novo modelo de gestão da política de assistência social e do SUAS propriamente dito.

Portanto cabe aos órgãos gestores, aos trabalhadores do SUAS, aos assistentes sociais propiciarem o debate sobre os conceitos e concepções dos eixos, dos princípios e do significado mais profundo do SUAS e da própria PNAS de 2004.

Ainda na perspectiva dos limites e desafios a serem superados pelos assistentes sociais a pesquisa identificou: o trabalho preventivo, a interdisciplinaridade, intersectorialidade e o trabalho com famílias como dimensões que precisam ser apreendidas pelos profissionais, os quais são desafios a serem superados. Nesse sentido a entrevistada 20 explicou:

que esse é um dos grandes desafios que temos, é repensar mesmo enquanto a matricialidade sociofamiliar, enquanto trabalho com a família e de se trabalhar mais preventivamente, porque às vezes, ficamos muito só naquilo que acontece que é emergencial que precisa enfrentar, que precisa resolver. O grande desafio é o trabalho com as famílias, é a metodologia de trabalho, e não só achar que trabalhando no Bolsa Família estaremos trabalhando com a família. É trabalhar para que se atinjam os objetivos da autonomia do protagonismo, enfim, tem que se avançar nesse sentido na autonomia das famílias.

Os assistentes sociais pesquisados referem à importância do trabalho preventivo e da dificuldade que sentem em estar trabalhando nessa perspectiva. Reconhecem que sua intervenção na realidade dos usuários da política de assistência social ainda é fragmentada, de cunho eventual. Com um atendimento às demandas emergenciais, não têm conseguido ainda atuar no espaço do CRAS desenvolvendo um trabalho voltado à prevenção. Outra indicação fundamental é o desafio que os assistentes sociais sentem no exercício profissional de trabalhar

com a família, no intuito de desvincular a intervenção dos programas de transferência de renda, ampliando sua atuação junto à comunidade e atendendo os interesses coletivos. É importante superar a centralidade da política nos programas de transferência de renda, pois acabam restringindo a política de assistência social a programas compensatórios e focalizados nos mais pobres, dificultando um trabalho de cunho realmente preventivo.

A intersectorialidade e a interdisciplinaridade foram apontadas como desafios, apesar de serem consideradas como um avanço. Ainda situam-se muito mais como um desafio, primeiro porque os assistentes sociais sempre estiveram à frente da política de assistência social sem interlocução direta com nenhum outro profissional, e segundo porque as políticas sociais em grande medida não têm um histórico de articulação. Assim sendo a entrevistada 30 declarou:

Tenho certeza que o desafio é a questão do trabalho interdisciplinar, pois até o momento a política de assistência social era voltada ao assistente social, hoje nós temos educadores, psicólogos, temos na nossa equipe engenheiro agrônomo que trabalha com a horta comunitária. Temos profissionais de diversas áreas com diversas visões, acaba sendo um desafio porque são profissionais que chegam com outro olhar e temos que aprender a lidar com essas diferenças.

Ficou explícito no relato da entrevistada a situação ambígua vivenciada pelos assistentes sociais no atual estágio de implementação da política de assistência social; sabem da importância da interdisciplinaridade, mas não estão habituados a trabalhar com outros profissionais.

Para além de superar o desafio da interdisciplinaridade a política de assistência social também tem outro desafio que é instituir um trabalho na perspectiva da intersectorialidade, ou seja,

estabelecer articulação entre os seus diferentes serviços e programas socioassistenciais, e entre as outras políticas sociais que compõem a seguridade social. Em relação a essa questão a entrevistada 29 relatou:

A intersetorialidade é um desafio, efetivar os serviços socioassistenciais é um grande desafio, porque vai exigir o comprometimento de todos os gestores e técnicos das políticas sociais. Essa discussão da rede de atendimento na média e alta complexidade é um desafio também, porque nos municípios pequenos ficamos no nível básico de atendimento, mas tem que dar conta dos dois e hoje nós não temos uma rede de atendimento na região, não há serviços regionalizados.

No âmbito da política de assistência social situa-se o desafio de consolidar os serviços e programas socioassistenciais, formando uma rede de atendimento com referência e contra-referência, fortalecendo os níveis de proteção social, seja, básica ou especial de média e alta complexidade nos moldes do estabelecido pela NOB/SUAS. Assim sendo o desafio fundamental está posto aos gestores, aos trabalhadores da assistência social junto com os usuários e a sociedade civil: construir um processo de instituição dessa rede de atendimento.

A articulação entre as políticas sociais é fundamental, pois a proteção social que se deseja não pode estar pautada apenas em uma política social. A proteção social deve ser pensada a partir do conjunto articulado das políticas sociais no âmbito da seguridade social.

No contraponto, constata-se que a expansão da assistência social tem retirado direitos consolidados na saúde e na previdência. Mota (2010) assertivamente pontua as condições de expansão da assistência social brasileira, no capitalismo contemporâneo.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Ao absorver as demandas derivadas do agravamento das condições de vida e trabalho da população brasileira através de políticas compensatórias, como é

Na contracorrente da política econômica dos modelos de redução e minimização do Estado, a política de assistência social tem demonstrado significativo avanço, buscando consolidar um estatuto de política pública de dever do Estado e este com primazia na sua execução. Acabou absorvendo demandas derivadas do agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, configura-se mais um desafio ao conjunto das políticas sociais e da sociedade civil no âmbito do Estado, no enfrentamento da desqualificação e fragmentação seja da saúde, da previdência ou assistência social. Assim sendo a seguridade social precisa ser compreendida e fortalecida na integração e complementaridade das políticas sociais (saúde, previdência e assistência social), viabilizadoras da proteção social brasileira.

A assistência social não resolverá todas as demandas dos trabalhadores, demandas estas que vem se complexificando e ampliando a partir da realidade social no modo de produção capitalista.

Em relação aos avanços não se pode negá-los: como indicados foram muitos, embora a maioria dos avanços signifique também desafios e limites à política de assistência social, bem como ao exercício profissional. Mas o exercício profissional crítico, pautado no comprometimento com a classe trabalhadora tem no arcabouço teórico da profissão, referenciais consistentes e com capacidade de oferecer suporte teórico-metodológico e técnico-operativo aos profissionais.

---

o caso da assistência social, o Estado brasileiro define sua principal estratégia de enfrentamento da 'questão social'. Nestes termos a assistência social passa a assumir para uma parcela significativa da população a tarefa de ser a política de proteção social. (MOTA, 2010, p. 144)

## **Conclusões**

A seguridade social brasileira na atualidade sofre as inflexões das opções políticas e econômicas que direcionam as políticas sociais para uma perspectiva reducionista, especialmente quando define que a ação dos programas, projetos e serviços sociais devem priorizar o combate à pobreza, pautando as intervenções a partir de programas focalizados, compensatórios.

Deixou-se de centralizar o debate da seguridade social como garantia de acesso universal na perspectiva dos direitos, passando-se a priorizar os programas de transferência de renda sem definir a articulação desses programas com as políticas macroeconômicas.

A desarticulação das políticas sociais e a visível adesão aos preceitos dos organismos internacionais, que identificam como prioridade o combate à pobreza, desvinculando as suas causas dos determinantes estruturais resultam na expansão da política de assistência social em detrimento das políticas sociais que integram o tripé da seguridade social.

Na atualidade por um lado constata-se a ampliação do movimento de privatização das políticas sociais de saúde e previdência social e por outro há uma hipervalorização da política de assistência social, uma vez que o foco central das agências multilaterais indicam a necessidade preeminente de combate à pobreza, focalizando as ações na inserção dos extremamente pobres.

A política de assistência social inegavelmente demonstra significativos avanços especialmente na sua gestão, contudo não será ela isoladamente que atenderá todas as demandas da classe trabalhadora.

Estão postos diferentes desafios aos assistentes sociais, trabalhadores da gestão, do planejamento e execução da política de assistência social, os quais na pesquisa realizada demonstraram que o processo de construção do Sistema Único de

Assistência Social encontra-se em sua fase inicial e ainda são enormes os desafios a serem superados, desde a sua estrutura passando pela gestão, seu monitoramento e avaliação.

## **Referências**

BRASIL, Lei Orgânica da Assistência Social, nº. 8.742 de 07 de dezembro, Brasília, 1993.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Resolução nº 145 de 15 de outubro, **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Resolução nº 130 de 15 de julho, **Norma Operacional Básica do SUAS**, Brasília, 2005.

LUKÁCS, G. (1981). **Per uma ontologia dell' essere sociale**. Vol. II. Roma: Riuniti. Foi utilizada a tradução de Ivo Tonet e Sergio Lessa [Mímeo, s.d.]

MAURIEL, Ana Paula O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, jul/dez, p. 173-180, 2010.

MONTAÑO, Carlos. Um Projeto para o Serviço Social Crítico. In: **Revista Katálysis**, Vol. 09, nº 02, Florianópolis: UFSC, Julho a Dezembro, p. 141-157, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. A Centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** (Org), 4ª Ed., São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 133-146.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Serviço Social no Brasil e a perspectiva da totalidade.** Anais XII ENPESS, 06 a 10 de dezembro, UERJ, Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7ª Ed., São Paulo: Editora Cortez, 2009.

Recebido em 29/04/2011 e  
aceito 28/05/2011

***Title:** Expansion of Social Welfare and the challenges of Social Work*

***Abstract:** This article addresses the debate over social welfare policy and its expansion process and the relationship with social security, producing reflections on the professional social worker. Presents some results and analysis of research on social welfare policy and professional practice of social workers. For its implementation we used the qualitative research from library research and documentation, using interviews and focus groups. The study showed that social workers identify the social assistance policy in the construction process, many advances were seen especially in policy management, yet many challenges are posed to the professionals.*

***Keywords:** Social Assistance, Professional Practice, Social Security.*

